

Reforma do Ensino Médio: "novas" regulações, necessárias resistências

Josineide Bezerra

Professora do Departamento de Ciências Básicas e Sociais da UFPB

Os corpos em assembleia dizem: nós ainda estamos aqui, persistindo, reivindicando mais justiça, uma libertação da precariedade, a possibilidade de uma vida que possa ser vivida.

Judith Butler

E os corpos seguiram em assembleia, no último Grito dos Excluídos. Eram tanto indivíduos quanto grupos, empunhando reivindicações de classe ou aquelas identitárias. Pelas ruas da cidade, reagem a sistemáticas iniciativas e projetos que miram a precarização de suas vidas. Reagem à moralidade neoliberal, acentuadamente conservadora, que busca lhes inculcar o pressuposto de que cada um é responsável apenas por si.

Hoje, mais uma vez, as assembleias precisam seguir o rumo da escola, porque, somente à sua maneira, a educação escolar poderá contribuir com o debate acerca do que pensamos e pretendemos como condição cidadã, coletivamente. Esse é um dos caminhos que se faz necessário como prática reativa às novas regulações dirigidas à Educação Básica, com a chamada "Reforma" do Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017), associada à Base Nacional Comum Curricular para esse nível de ensino (BNCC-EM), homologada em 2018.

A reforma foi inicialmente instituída pelo Governo Temer, por meio de medida provisória. A Base foi concluída depois de estancadas as discussões quanto à sua elaboração, em meio ao proces-

so golpista de impedimento da presidenta Dilma. Assim, marcadas pela interdição do debate público em relação à educação nacional, têm a sua legitimidade comprometida.

Essas regulações, sob influência de organismos internacionais, como o Banco Mundial, referendam o projeto neoliberal para a Educação Básica, pautado em uma agenda tecnicista e produtivista, a par de um conjunto de competências e habilidades a serem manejadas pelas/os estudantes. Desse modo, atendem a demandas dos setores produtivos, com priorização da formação para o trabalho, focadas em uma parcela da juventude brasileira, para a qual não deve haver espaço no ensino superior, considerado o projeto medíocre do ministro de plantão.

Em um contexto de aumento das desigualdades socioeconômicas, competência, eficiência e eficácia são conceitos que ganham evidência, ao lado de "projeto de vida", alçado a componente curricular. Todos centrados no indivíduo. "Agora é você quem decide o seu futuro", anuncia o MEC. Produz-se um cenário em que a autossuficiência econômica, com apelo ao "empreendedorismo", é forjada como o melhor futuro possível, a depender da responsabilidade/capacidade de cada jovem.

O currículo do EM será composto pela BNCC, que é voltada à formação geral, e por estes itinerários formativos: Linguagens e suas tecnologias; Matemática e suas tecnologias; Ciências da Natureza e suas tecnologias; Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; e Formação Técnica e Profissional. Destaco que a Base (a qual, de modo acintoso, excluiu a menção à categoria gênero dos conteúdos de ciências humanas) será restrita ao limite de até 60% da carga-horária, restando aos sistemas de ensino a oferta dos



itinerários formativos, conforme lhes convier ou for possível.

Nessa conformidade, no âmbito das escolas públicas, o quinto itinerário apresenta-se como candidato a percurso comum. Em entrevista recente, o secretário de Educação da Paraíba, Cláudio Furtado, reafirmou que não haverá uma oferta padrão, pois isso irá depender de condições específicas por escola. Entretanto, de modo falacioso, continua sendo divulgado, na propaganda oficial ou na grande mídia, o anúncio de que o ensino médio se tornará mais atrativo, uma vez que cada estudante poderá escolher o que vai estudar e como vai definir a sua formação.

As disciplinas da formação geral deixarão de ser ministradas nas três séries do EM, com exceção de Português e Matemática. Por óbvio, isso impactará o trabalho docente, pela perda de carga-horária, que é a base do contrato de trabalho. Aulas de História, nas quais atuo como professora, serão ministradas no 1º e no 2º ano, estando presentes no 3º ano apenas se o itinerário de Ciências Humanas for disponibilizado pela escola. Essa perda pode ser agravada em escolas de ensino técnico integrado ao médio.

Portanto, descortina-se um ambiente de potencial redução do espaço de atuação de profissionais licenciados nesse nível de ensino. Uma perspectiva que afetará negativamente as/os docentes de História, justo no momento em que, finalmente, a profissão do/a historiador/a foi regulamentada, em 2020; justo no momento em que os mestrados profissionais foram ampliados país afora, como o ProfHist da UFPB, iniciado em 2019.

Daí a precariedade ser o foco: “mistura-se” a formação acadêmica do profissional historiador, geógrafo ou filósofo em uma grande área-itinerário; busca-se dissociar a Educação Básica da Superior; minimiza-se a inserção das Ciências Humanas na formação escolar; atinge-se negativamente as licenciaturas e a condição docente. Mais: o “novo” Ensino Médio está imerso em uma cena de sistemática re-



Charge publicada no jornal *Diário do Centro do Mundo* em 6 jun. 2018. Disponível em: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/quem-quer-intervencao-militar-por-duke>. Acesso em: 02 set. 2021

dução do orçamento e da execução orçamentária na educação pública, desde 2017.

A reforma está por ser efetivada a partir de 2022. Há esforços de setores progressistas no Congresso no sentido de brecá-la, via projeto de lei. Porém, o país pode mesmo mergulhar em uma reorganização da educação escolar sem ter superado a pandemia e sem ter garantias quanto a investimentos em protocolos seguros à presencialidade; sem que sejam dimensionadas as repercussões do precário ensino remoto vivenciado por grande parte da comunidade escolar. O jogo é não pensar a educação à luz de algum debate público.

O apelo reativo exige disposição. Recai, sobre as pessoas educadoras e educandas, a postura de corpos em assembleias. Ou seja, de corpos que motivem uma educação escolar “em busca da política”, em diálogo crítico com categorias como cidadania e democracia, reconhecendo-as como expressão das lutas e dos embates sociais historicamente vividos. Uma educação que se ampara na problematização das desigualdades, em nome de mais vidas que possam ser vividas.